



## **1º Congresso Estadual do PMDB Mulher RS**

**Porto Alegre, 15 de Dezembro de 2013**

# **PLATAFORMA APROVADA PARA INCLUSÃO NO PROGRAMA DE GOVERNO DO PMDB RS 2014**

## **“O RIO GRANDE QUE QUEREMOS”**

Perseguir a igualdade nas relações de gênero é um requisito essencial de qualquer estratégia de desenvolvimento. Com essa convicção, o 1º Congresso Estadual do PMDB Mulher do Rio Grande Sul tem como um dos seus objetivos aprovar princípios e diretrizes de políticas públicas para as mulheres.

A construção de um documento que reflita as demandas das mulheres gaúchas exige o envolvimento das companheiras integrantes do PMDB Mulher, militantes, dirigentes partidárias, parlamentares e gestoras públicas. Por isso adotamos como estratégia a construção coletiva desta plataforma de governo, considerando as experiências individuais e os dados referentes à realidade das mulheres do Rio Grande do Sul.

Nossa legitimidade no papel de proponentes é reconhecida. As mulheres do PMDB têm a sua marca na história de lutas das mulheres brasileiras, notadamente pela democratização, pela constituição do primeiro organismo institucionalizado de defesa dos direitos das mulheres - o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e na elaboração da Constituição Cidadã. A Constituição Federal de 1988 expressa pela primeira vez que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Mais recentemente, o PMDB Mulher tem sido atuante nas Conferências de Políticas para as Mulheres e no Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos.

Nosso núcleo partidário possui ainda um plano estratégico que definiu como bandeiras a ampliação da participação e da representação da mulher na política, o enfrentamento aos fatores que geram a violência contra a mulher, a defesa da saúde integral da mulher e a inserção digna da mulher no mercado de trabalho. Referencial que passou pelo processo de interiorização no Estado nos anos de 2011 e 2012.

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003, estimulou-se a criação de organismos estaduais e municipais. No mesmo ano, a Coordenadoria Estadual da Mulher foi estruturada pelo PMDB ligada ao gabinete do Governador Germano Rigotto com a finalidade de implementar e articular as políticas públicas para as mulheres no Estado do Rio Grande do Sul. Ao todo, 16 mulheres atuavam na prevenção e no combate da violência contra a mulher. Atualmente, no Rio Grande do Sul, mulheres peemedebistas são protagonistas da gestão de políticas para as mulheres em diversos municípios, acumulando vivências e experiências.



No entanto, mesmo após progressos e avanços, a desigualdade de gênero está enraizada na nossa cultura e a sociedade gaúcha precisa dar uma resposta a esse cenário desfavorável. Dados apontam que a violência contra a mulher é um problema persistente no Rio Grande do Sul. A taxa de 43,5 estupros a cada 100 mil habitantes está entre as mais altas do país. É um bom exemplo de que é preciso um conjunto ações que propiciem o empoderamento e a autonomia das mulheres.

Confiamos que as políticas públicas se constituem em uma das formas de interação entre o Estado e a sociedade civil, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores de ações, regras e procedimentos que constroem e reconstróem a realidade. Nesse embate, é fundamental que os recursos destinados em orçamento para as políticas para as mulheres sejam melhor executados. No RS, ações programadas na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres ficaram no papel. Nos últimos três anos, a execução atingiu em média 40%. É sinal que devemos formular e construir coletivamente as políticas, mas cuidar para que os recursos e ações de fato tomem forma e cumpram sua função de diminuir a desigualdade de gênero no nosso Estado.

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem a partir da constatação das reais necessidades. Os Estados e Municípios ao elaborarem seus Planos de Políticas para as Mulheres devem articular-se com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, principalmente centrados em alguns pontos:

- na elaboração de ações que possibilitem ampliar as condições de autonomia das mulheres, de forma a favorecer a ruptura com as condições de co-dependência, de desigualdade e de subordinação;
- na redução das desigualdades na participação política local e regional;
- na redução da desigualdade por meio da ampliação do acesso aos serviços de toda ordem (jurídicos, de saúde, de educação e outros);
- no fortalecimento das condições para o exercício dos direitos reprodutivos e sexuais, possibilitando autonomia e bem estar também nesse domínio;
- na possibilidade de controle pelas mulheres de seu próprio corpo, possibilitando a elas a liberdade de exercerem a sua sexualidade, verem respeitados os seus direitos à integridade corporal e ao bem-estar, aspectos que remetem às concepções sobre os direitos sexuais e reprodutivos;
- na tarefa de elaborar políticas de prevenção e atendimento às diversas formas de violência praticada contra as mulheres, marcadamente a doméstica e sexual, maneira mais cruel de dominação de gênero que afeta o cotidiano das mulheres;
- na observação de que toda ação governamental deve contemplar a diversidade existente entre as mulheres negras, lésbicas, jovens, idosas, com deficiência, pois exigem propostas específicas para o atendimento de seus direitos.

Dados referenciais:



Mulher e o Mercado de Trabalho
49,4% dos trabalhadores da região metropolitana são mulheres, no entanto, elas recebem 26,1% menos do que os homens no Estado.  Mesmo recebendo salário menor, 40% dos domicílios são chefiados por mulheres.  Entre as desempregadas, a maioria é formada por negras e com faixa etária entre 16 e 24 anos.  Trabalham em média 59 horas semanais.
Fonte: FEE

Violência contra a Mulher
Estudos apontam que os agressores são em sua maioria cônjuges e ex-cônjuges.  60,7 % das vítimas de agressões tem mais de 40 anos. Tem pele parda, separadas ou divorciadas, com pouco estudo e baixa renda.  77% das vítimas estão inseridas no mercado de trabalho. A maioria recebe até dois salários mínimos. O tipo de serviço mais frequente é o doméstico, com 23,1%.
Fonte FEE e Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Mulher no Cenário Político
O resultado do pleito em 2010, que elegeu as atuais bancadas parlamentares estadual e federal do Rio Grande do Sul, apontam que as mulheres alcançaram a representação percentual de apenas 16% e 6% respectivamente.  Rio Grande do Sul é onde menos mulheres foram eleitas prefeitas em 2012, com apenas 7% dos 495 prefeitos eleitos.
Fonte: TSE

Saúde da Mulher
Com base em estimativas para o ano de 2012, o Inca aponta incidência de 81 casos de câncer de mama para cada 100 mil gaúchas — taxa 54% superior à média nacional de 52,5.



Em relação ao câncer de colo do útero, 5.160 mulheres morreram em 2011, em todo o país, em decorrência deste tipo de câncer. O Rio Grande do Sul lidera o ranking, 305 mulheres morreram pela mesma causa.

Depressão está duas vezes mais presente no público feminino. Especialistas creditam incidência à pressão pela dupla jornada de trabalho.

RS lidera a incidência de Aids no Brasil. Em 2012, foram notificados 41,4 casos por 100 mil habitantes. O índice nacional é 20,2. Não podemos esquecer o fenômeno da feminização da Aids na última década, em que as mulheres se equipararam com os homens em número de casos.

Fonte: Datasus

### **Propostas apreciadas e aprovadas pelo plenário do 1º Congresso Estadual do PMDB Mulher do Rio Grande do Sul:**

- ✓ Apoiar a constituição de um projeto de governo para o Rio Grande do Sul que priorize a oportunidade de crescimento e a melhoria da qualidade de vida das mulheres e suas famílias;
- ✓ Estimular o empreendedorismo das mulheres;
- ✓ Ampliar o acesso ao emprego e renda através da formação e qualificação profissional;
- ✓ Estimular a criação de organismos executivos municipais de políticas para as mulheres e fortalecer as coordenadorias e secretarias existentes;
- ✓ Apoiar a adesão ao programa de estruturação das Casas da Mulher;
- ✓ Fortalecer os organismos de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres;
- ✓ Apoiar a implantação de Centros de Referência para a mulher vítima de violência e de casas de abrigo;
- ✓ Fomentar o fortalecimento das redes de proteção às mulheres vítimas de violência;
- ✓ Estimular a criação de juzizados especiais para atender as ocorrências de violência contra a mulher;
- ✓ Promover campanhas educativas de prevenção à violência e a todas as formas de discriminação contra a mulher;
- ✓ Priorizar acesso aos programas sociais para as mulheres vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade;
- ✓ Envolver as dirigentes partidárias e parlamentares nos debates sobre políticas públicas para as mulheres;
- ✓ Fiscalizar o cumprimento da lei dos 60 dias para o tratamento do câncer e a oferta de mamografia preventiva para as mulheres a partir dos 40 anos pelo SUS;
- ✓ Assegurar que toda mulher tenha acesso gratuito a atendimento psicológico, lazer e atendimento jurídico;
- ✓ Assegurar a igualdade de oportunidade no mercado de trabalho.
- ✓ Propor a criação de uma secretaria que possa atingir mais amplamente o processo dos excluídos, uma secretaria de Direitos Humanos;
- ✓ Assegurar que as prefeituras do PMDB invistam nas coordenadorias, nos conselhos, e de preferência com nossas companheiras no poder;



- ✓ Consolidar nas regiões as coordenadorias regionais para execução e fiscalização das políticas para mulheres, nos moldes da saúde e da educação;
- ✓ Efetivar no estado a política da assistência social, criando uma secretaria própria para execução desta política nos municípios, pois até hoje essa política, independente no âmbito federal, no RS pertence à Secretaria de Justiça;
- ✓ Fazer campanhas nacionais para maior vigor no crime de estupro;
- ✓ Fortalecimento da Rede de Mulheres na luta contra desigualdade de gênero;

**Responsáveis pela elaboração deste documento: Comissão Temática e de Relatoria do Congresso / Grupo de gestoras municipais de políticas para as Mulheres do PMDB. Articulação e consolidação: jornalista Janis Loureiro, presidente do PMDB Mulher de Ijuí e integrante do Fórum Municipal de Mulheres de Ijuí.**

<b>Gestoras municipais de políticas para as mulheres no Rio Grande do Sul do PMDB</b>			
1. Santo Ângelo	<b>Vera Lucia Batista Medeiros</b>	(55) 9995-7192	dmmulhersa@gmail.com
2. Cruz Alta	<b>Iolete Santos</b>	(55) 8404-9072	letebrettas@yahoo.com.br
3. Soledade	<b>Jane Maria Ottoni</b>	(54) 9975-1188	gabinete@soledade.rs.gov.br
4. Passo Fundo	<b>Maria de Lurde Coelho Pupe</b>	(54) 9190-0254	pupecoord.mulher@gmail.com
5. Erechim	<b>Maria Dolores Gollin</b>	(54) 9973-1404	dologollin@hotmail.com.br
6. Santa Maria	<b>Carmem Regina Pacheco</b>	(55) 9151-7814	carmempacheco@yahoo.com.br
7. Maçambará	<b>Marta Cruz</b>	(53) 8445-3402	marta22068@hotmail.com
8. Balneário Pinhal	<b>Telma Miranda</b>	(51) 9835 2475	telmamiranda2005@yahoo.com.br
9. Tramandaí	<b>Vera Rapach</b>	(51) 9167-8046	velumr@hotmail.com
10. Candelária	<b>Gabriela Butzge</b>	(51) 9682-5609	graunagabi@hotmail.com
11. Charqueadas	<b>Francieli dos Santos</b>	(51) 9658 1365	francieli.charqueadas@yahoo.com.br
12. Parobé	<b>Marisa Baum (integra a equipe)</b>	(51) 9803-2925	marisapmdb@gmail.com

Referências:

**Plano Estratégico do PMDB Mulher.** Participação, Cidadania e Paz, 2011. Fundação Ulysses Guimarães.